

ENSINO REMOTO CONTINGENCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE OCIDENTAL EM GOIÁS

CONTINGENTIAL REMOTE TEACHING IN PANDEMIC TIMES: THE EXPERIENCE OF THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF THE WESTERN CITY IN GOIÁS

Elisa Zeferino de Souza,
Roberta Valéria Guedes de Lima,
Jonathan Rosa Moreira

RESUMO

Este artigo apresenta o ensino remoto contingencial realizado em tempos de pandemia do Covid-19, na rede pública municipal da Cidade Ocidental, do estado de Goiás. Neste sentido, o estudo teve como problema entender como tem sido a experiência no ensino remoto contingencial na rede municipal de ensino da Cidade Ocidental em tempos de Pandemia. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa do tipo descritivo-documental. A técnica utilizada foi a entrevista, por meio de questionário, instrumento que resultou em relato de caso. A coleta e análise de dados aconteceram entre os meses de agosto a outubro de 2020, a pesquisadora realizou levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistou a conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás e uma professora do Ensino Fundamental II da Escola Municipal José Fernandes Silva Neto, da rede municipal de ensino da Cidade Ocidental no estado de Goiás. Conclui-se que os profissionais da educação tiveram que rapidamente buscar medidas para que os alunos pudessem manter uma rotina de aprendizagem e, em diversas situações, aprenderam na prática a didática das aulas remotas para dar continuidade ao ensino e a aprendizagem da rede.

Palavras-chave: Pandemia. Ensino Remoto. Educação Básica. Cidade Ocidental.

ABSTRACT

This article presents the contingent remote teaching carried out during the Covid-19 pandemic, at municipal schools in Cidade Ocidental, state of Goiás. This study focused on understanding as has been the experience in remote contingent education in the municipal school system in the Cidade Ocidental in times of Pandemic. The research starts from a qualitative approach of the descriptive-documental type. The technique used was the interview, through a questionnaire, an instrument that resulted in a case report. The collection and analysis of data took place between the months of August and October 2020. A bibliographic survey on the subject was carried out, and also interviews with the counsellor of the "State Education Council" of Goiás and with a municipal teacher at "Escola Municipal José Fernandes Silva Neto"; part of the public education network in Cidade Ocidental. The findings in the study concluded that education

professionals had to quickly seek their own measures so that students could maintain a learning routine and, in several situations, they had to experiment with the didactics of the lessons by themselves, during practice, so that the educational system could continue its teaching.

Keywords: *Pandemic, Remote Teaching, Basic Education, Cidade Ocidental.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um breve relato sobre como a Secretaria de Educação da Cidade Ocidental, no estado de Goiás, ofereceu as aulas remotas para os estudantes da educação básica, durante a pandemia do Covid-19. O problema de pesquisa tem o foco em: como tem sido a experiência de ensino remoto contingencial da rede municipal de ensino da Cidade Ocidental em tempos de Pandemia? O objetivo principal da pesquisa é apresentar a experiência da rede municipal da Cidade Ocidental com a utilização do ensino remoto contingencial. Para tanto, têm-se como objetivos específicos: contextualizar a Pandemia da Covid-19 e seu impacto no setor educacional; conhecer as políticas e diretrizes estabelecidas pelo poder público para a implantação do ensino remoto contingencial da rede municipal de ensino na Cidade Ocidental/GO; verificar os possíveis desafios enfrentados pelos profissionais da educação no ensino remoto contingencial a partir de dados coletados por meio de entrevista na rede pública de Goiás.

A pesquisa tem como objetivo metodológico ser descritivo-documental, com uma abordagem qualitativa. A pesquisadora realizou levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, em seguida realizou entrevistas como técnica de coleta de dados e utilizou como instrumento o questionário, conduzindo as participantes a um relato de caso. Os relatos aconteceram no período de agosto a outubro de 2020, com uma conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás e uma professora do Ensino Fundamental II da Escola Municipal José Fernandes Silva Neto, da rede pública de ensino da Cidade Ocidental do estado de Goiás. Foi utilizado ainda o relato de caso, pois esta pesquisa teve direcionamento para contextos da vida real e com base em cenários atuais.

O cenário do País em meio à pandemia provocada pelo Covid-19 e o isolamento social trouxeram a necessidade de construir meios de aprendizagem não presencial para a etapa do Ensino Fundamental II. Devido a tais circunstâncias, escolas e professores precisaram se adequar a um ensino realizado por meio da tecnologia e da internet.

No caso desta pesquisa, especificamente, a etapa do Ensino Fundamental II da rede municipal de ensino da Cidade Ocidental/GO, ocorreu de maneira emergencial provocando em todos os envolvidos com a educação, uma necessidade e cuidado maior, no sentido de repensar didáticas e métodos mais eficazes e adequados, com o intuito de minimizar os impactos e prejuízos vivenciados por todos, com a obrigatoriedade do isolamento social.

A experiência de um ensino remoto traz à luz reflexões sobre a reformulação de metodologias e didáticas de ensino, a partir disso, um olhar acerca das políticas e diretrizes implantadas pela rede municipal de ensino da Cidade Ocidental/GO. Nesse sentido, também se faz necessária a escuta das respondentes acima mencionadas, a fim de identificar de que maneira está sendo realizado o ensino no formato remoto/distância bem como os possíveis desafios enfrentados pelo docente do referido município.

Com a pandemia do Covid-19, as salas de aulas presenciais têm sido substituídas pelas salas virtuais. Desse modo, este estudo parte da hipótese de que os profissionais da educação tiveram que rapidamente buscar medidas para que os alunos pudessem manter uma rotina de aprendizagem. A partir deste cenário, é possível supor que o maior desafio para os educadores tem sido transpor didaticamente os conteúdos, o que levou toda a ação docente a reestruturar práticas e atividades do presencial para o ambiente virtual.

Este artigo foi organizado em três seções. Na primeira seção explica-se o que foi a pandemia do Covid-19 e seu impacto para a educação brasileira, na segunda seção define-se o conceito de aprendizagem não presencial e sua regulamentação, e, por fim, na última seção apresenta-se a coleta e análise de dados sobre a experiência da rede municipal de ensino da Cidade Ocidental do Estado de Goiás.

A pandemia do Covid-19 e seu impacto para a educação brasileira

No ano de 2019 surge um vírus denominado Novo Coronavírus (SARS-CoV-2, também denominado COVID-19) na cidade Wuhan na China. Logo, a propagação do mesmo se alastra em uma velocidade tão drástica que acomete a saúde em escala mundial. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declara situação de Pandemia (OMS, 2020).

O COVID-19, afeta o organismo humano de diversas maneiras e de modo distinto entre as pessoas. De uma forma mais comum, provocando febre alta, tosse e dificuldades respiratórias, dentre outros sintomas. A forma de contágio se acontece pelo contato com a pessoa infectada por meio de secreções nasais e bucais, as recomendações das autoridades de saúde competentes estabeleceram o isolamento social (OMS, 2020).

Tal circunstância gerou muitos impactos no mundo todo, provocando o fechamento dos comércios, indústrias e serviços em medida de quarentena e com isso, as escolas também. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) avaliam as escolas como um ambiente onde acontece uma cadeia de transmissão bastante ativa devendo ficar entre as últimas instituições a retornarem suas atividades. Neste sentido, Arruda (2020, p. 259) coaduna com a UNESCO (2020) e destaca sobre as singularidades do ambiente escolar para a transmissão do vírus:

[...] o novo coronavírus torna a escola um dos espaços mais temidos pelo risco da transmissão, pois a sua multiplicidade e heterogeneidade cria vínculos entre aqueles que são menos propensos aos sintomas graves da doença (jovens) a todos os demais que podem ser até mortalmente propensos. Crianças e jovens entram em contato diário com adultos de diferentes grupos familiares: professores, profissionais da educação, pais e mães, avós e avôs, parentes de maneira geral (ARRUDA, 2020, p. 259).

Como consequência disto, a UNESCO aponta que o fechamento temporário das escolas por todo o mundo afetou aproximadamente 91,4% da população estudantil do mundo, isto representa 1,57 bilhão de estudantes fora da escola em 192 países afetados pelo fechamento das escolas. Governos de todo o mundo tem investido na implantação de sistemas de educação à distância para atender os alunos fora da escola. Com esse cenário, a UNESCO considera a garantia de equidade de condições como uma questão bastante preocupante,

pois o fechamento das escolas atinge de forma mais severa os estudantes desfavorecidos que dependem delas para receber outros serviços sociais como saúde e nutrição.

A fim de fornecer apoio aos países para a manutenção de esforços de minimização dos impactos de suspensão de aulas, bem como facilitar a continuidade da educação em tempos de pandemia, o Setor de Educação da UNESCO divulga notas informativas com orientações de boas práticas para o setor educacional neste período.

Em sua Nota Informativa nº 2.1 de Abril de 2020 a UNESCO salienta que existe um empenho dos órgãos governamentais junto às organizações internacionais, parceiros do setor privado e sociedade civil para a oferta da educação remota com o objetivo de estabelecer estratégias para garantir a continuidade do ensino e da aprendizagem para todos.

Esses esforços visam garantir uma educação com igualdade de condições e inclusão para que esse período não agrave as desigualdades educacionais e sociais já existentes. Visualizam, também, que a necessidade emergencial de reorganização para o ensino contingencial nos permitiria desenvolver uma remodelagem nos sistemas educacionais, permitindo no futuro um ensino mais aberto, inclusivo e flexível.

No último Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019 o Brasil contou com cerca de 47,8 milhões de estudantes nas 180,6 mil escolas de educação básica e a fatia de matriculados nas escolas públicas representa 80,9%. No que diz respeito à internet, somente 63,4% das escolas públicas possuem o acesso, contra a porcentagem de 96% das escolas particulares.

Assim, se os países não tiverem estratégias de remediação dessas dificuldades poderá ocorrer uma ampliação dessa desigualdade social na educação tanto mundial, quanto na educação brasileira (BARRETO, *et all*, 2020). Portanto,

[...] esse quadro de isolamento social repercute de forma perversa na maioria de estudantes da rede pública de ensino, oriundos de famílias com maior vulnerabilidade econômica e social, que muitas vezes tem a escola como único meio de acesso a internet. Principalmente, porque a internet configura-se, muitas vezes, como a principal ferramenta para o acesso ao conhecimento, informação, conteúdos culturais, diversão e lazer. Neste contexto o acesso ao ensino a distância por meio de tecnologias digitais é altamente desigual (BARRETO, *et all*, 2020, p. 5).

Diante deste contexto, os alunos das escolas públicas poderão sofrer em uma proporção maior com o fechamento das escolas, uma vez que as mesmas acabam por vezes, não dispondo dos recursos necessários para contemplar de forma efetiva o ensino contingencial no período de isolamento. A minimização destas dificuldades necessitaria de esforços massivos dos órgãos governamentais responsáveis, para não somente solucionar este desafio, mas também para impedir que a desigualdade se acentue.

Ensino não presencial e sua regulamentação

Para analisar o ensino não presencial vivenciado pela rede municipal de Cidade Ocidental (GO) é preciso definir os principais conceitos sobre o assunto. Apesar de ensino remoto emergencial e Educação à Distância (EAD) utilizarem de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na prática pedagógica, e frequentemente, sejam utilizados como sinônimos faz-se necessário pormenorizar as definições e singularidades de cada um.

De acordo com a Nota Informativa nº 2.1 de Abril de 2020 da UNESCO, são características comuns a qualquer forma de ensino à distância:

[...] a separação entre professor e estudante pelo espaço, pelo tempo ou por ambos, e o uso de mídias e tecnologias para possibilitar a comunicação e o intercâmbio durante o processo de aprendizagem [...] (UNESCO, 2020, p. 2).

O Decreto N°9.057/2017 do Ministério da Educação que dispõe sobre a oferta de cursos na modalidade a distância estabelece uma definição sobre a modalidade de Educação a Distância.

[...] considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação, compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL/DEC.9.057, 2017, p.1).

Em relação ao ensino promovido pelas escolas no período de isolamento social, Arruda (2020, p. 265) defende que é imprescindível:

[...] atender, por meio de tecnologias digitais, alunos afetados pelo fechamento das escolas, não é a mesma coisa que implantar Educação a Distância, ainda que tecnicamente e conceitualmente refira-se à mediação do ensino e da aprendizagem por meio de tecnologias.

Hodges (*et al.*, 2020) acredita que os dois conceitos se diferenciam no ponto onde o ensino remoto emergencial se utiliza de tecnologias em virtude de circunstâncias bastante específicas e que sem estas, anteriormente existia o ensino presencial. Ainda salientam que essa transposição de método de ensino é temporária em detrimento ao Ensino à Distância que em sua essência é criado e planejado com recursos, métodos e didáticas específicos para tal fim.

O autor ainda propõe formalmente um termo específico para se referir ao tipo de ensino ministrado em situações emergenciais: *emergency remote teaching*¹ (ensino remoto emergencial) (HODGES et al., 2020).

Esta reconfiguração no ensino, como confirmam Machado e Morais (2015), desenvolvem os aspectos cronológicos da trajetória da Educação à Distância em seu surgimento e evolução. Estes autores ilustram as diversas mudanças que ocorreram ao longo de sua existência enquanto modalidade de ensino. Com o surgimento que nasce com a implantação de cursos via correio no século XIX passando pelo ensino difundido por rádio, televisão e via satélite, até a idade contemporânea com a internet, demonstram que a educação à distância está atrelada às mudanças de uma sociedade que está em constante transformação.

Ainda, a UNESCO (2020) evidencia que essa modalidade de ensino exige competências autodidatas aos estudantes que necessitam estar amparados por meio de uma estratégia de ensino. Diante disto, a Nota Informativa nº 2.1 de Abril de 2020, define que estratégias de ensino à distância para implantação do ensino emergencial são:

[...] um conjunto de medidas setoriais tomadas por órgãos do governo e parceiros para dar continuidade aos estudos com base nos currículos dos estudantes e a outras atividades educacionais regulares, quando escolas e outras instituições de ensino presencial estão fechadas. Para que isso tenha sucesso, as atividades de aprendizagem devem ser revisadas, e soluções alternativas para fornecer remotamente programas de ensino devem ser planejadas e ofertadas juntamente com o apoio aos

¹ Tradução da autora.

professores, à comunidade educacional e em colaboração com os estudantes e suas famílias (UNESCO, 2020, p. 2).

Este mesmo documento ressalta ainda que, a eficácia de estratégias para o ensino a distância está condicionada a quatro fatores: 1) preparação tecnológica – oferta de acesso às plataformas de aprendizagem digitais; 2) acesso ao conteúdo de ensino e aprendizagem alinhados aos currículos nacionais; 3) apoio pedagógico e de aprendizagem em casa e, 4) a preparação de professores para facilitação da aprendizagem online, uma vez que os pais muitas vezes não dispõem de habilidades para exercer o papel de acompanhamento e facilitador de aprendizagem.

Analisando a legislação brasileira no que diz respeito às possibilidades de adaptação em situações emergenciais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em seu artigo 32 § 4º admite a realização de atividades à distância como complementação da aprendizagem pelos sistemas de ensino públicos no ensino fundamental. O Ministério da Educação dispõe sobre a possibilidade que essas atividades sejam organizadas oficialmente e reaproveitadas ao longo do ano dentro das horas de efetivo trabalho escolar realizado. No entanto, para que isto ocorra, é necessária autorização das autoridades educacionais competentes em esfera estaduais e municipais onde se adequariam as metodologias de ensino aos recursos didáticos necessários.

A experiência da rede municipal de ensino da Cidade Ocidental do estado de Goiás

Os dados relatados a seguir fazem parte de um levantamento documental realizado pela pesquisadora por meio de decretos e resoluções divulgados pelo poder público estadual e municipal de Goiás e Cidade Ocidental, respectivamente.

No dia 16 de março de 2020, o governo municipal da Cidade Ocidental publica o Decreto nº 123/2020 que decreta estado de emergência e cria Gabinete de Gestão de Crise e dá outras providências. Assim, fica estabelecida a suspensão das aulas nas escolas municipais e creches pelo período de 15 dias, iniciando-se em 17 de março de 2020. Ainda prevê que a reposição das aulas suspensas que serão normatizadas posteriormente através das medidas deliberadas pela Secretaria Municipal de Educação.

No dia 17 de março de 2020 é publicada a Resolução 02/2020 da Secretaria Geral da Governadoria do Estado de Goiás que dispõe sobre o regime especial de aulas no Estado. Neste documento é estabelecida a manutenção das atividades pedagógicas em regime especial não presencial, delegando aos gestores das unidades escolares a incumbência junto ao corpo docente para planejamento de atividades, divulgação do referido planejamento, preparação de material específico para cada etapa de ensino com facilidades de execução e compartilhamento por meio dos recursos tecnológicos como vídeo-aulas, plataformas virtuais de aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e ainda acompanhamento por meio do registro de frequência.

No período que decorreu desses 15 dias iniciais da suspensão das aulas, mesmo com a falta de uma orientação normativa mais minuciosa sobre os procedimentos a serem realizados para aplicação do ensino não presencial, professores foram realizando de modo autônomo, atividades e vídeo-aulas, postando em suas redes sociais com a tentativa de abranger a maior parte dos alunos que conseguissem. Essas atividades contemplariam conteúdos já trabalhados de forma presencial e seriam estudados como revisão para o período de isolamento. A falta dessa regulamentação gerou questionamentos por parte dos docentes em relação à realização de atividades que contemplem de forma democrática todos os alunos da escola. Geraram dúvidas sobre o procedimento a ser tomado a respeito dos alunos que não possuíam acesso à internet, e principalmente, se essas atividades à distância seriam reaproveitadas futuramente como aulas repostas.

No dia 31 de março de 2020, o poder público municipal publica uma matéria em seu site com a seguinte manchete “Escolas Municipais de Cidade Ocidental aderem ao ensino à distância”. Informa o leitor através desta, que desde o dia 27 de março seria disponibilizado material complementar para que as famílias pudessem desenvolver atividades junto aos estudantes. Enfatiza também que estas atividades seriam disponibilizadas, na plataforma gratuita, *Google Classroom*, mas que as mesmas possuíam caráter complementar e facultativo, e tinham o intuito de fortalecer o vínculo do aluno com a escola no período de isolamento social. Anderson Luciano, Secretário de Educação da Cidade Ocidental esclarece que tal situação seria nova para todos e que o Conselho

Municipal de Educação aguardaria orientações dos órgãos federais e estaduais a respeito dos procedimentos que deveriam ser realizados.

Dessa forma, foram criadas Salas de Aulas virtuais onde cada professor seria responsável por enviar atividades de revisão de conteúdo semanalmente. De forma autônoma, alguns professores também abriram grupos de estudos e plantão de dúvidas no aplicativo *Whatsapp*, e outros até mesmo realizaram aulas remotas por meio de vídeo. Ainda, não haviam sido estabelecidas normas que contemplassem o possível reaproveitamento dessas atividades como aulas repostas nem mesmo a respeito do expediente, concernente às hora-aulas trabalhadas pelo professor.

No dia 25 de maio de 2020, o Conselho Municipal de Educação da Cidade Ocidental publica a Resolução CME nº 009 de 19 de março de 2020, que dispõe sobre o regime de aulas não presenciais para fins de cumprimento do ano letivo de 2020. Nesta resolução decide-se pela manutenção das atividades pedagógicas não presenciais por tempo indeterminado enquanto durar a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19.

Decide ainda que os alunos, pais e/ou responsáveis retirem atividades nas unidades escolares por meio de agendamento, bem como os professores utilizem as dependências da escola e os recursos tecnológicos para elaboração das atividades não presenciais.

Define que o planejamento deverá considerar a Base Nacional Comum, Documento Curricular para Goiás e as Matrizes de Referências para o período da Pandemia-2020. Referente ao cômputo da carga horária para reorganização do calendário escolar no cumprimento da carga mínima exigida, o documento estabelece que o Conselho Municipal de Educação analise a questão quando acontecer o retorno das aulas presenciais.

Na Portaria nº 141/2020/SME, o governo municipal de Cidade Ocidental dispõe sobre a suspensão do pagamento de remuneração dos servidores contratados temporariamente que não estiverem em exercício, atingindo desta forma os professores substitutos de contrato temporário.

A mesma portaria também estabelece que os servidores que receberam remuneração desde o início da suspensão das atividades de ensino, deveriam celebrar termo de compromisso obrigando-se a exercer atividades quando existir convocação.

Com isso, professores temporários que se encontravam fazendo jus à sua remuneração normal até o mês de Abril de 2020, mesmo com a suspensão das aulas, tiveram seus salários suspensos e posteriormente seus contratos reincididos. Essa situação definiu que o ensino não presencial fosse realizado por professores efetivos junto aos educadores dirigentes (coordenadores, supervisores, diretores).

Coleta e Análise de Dados

Os Atores

A pesquisadora entrevistou duas agentes vinculadas ao setor educacional do estado de Goiás, no período de 19 e 20 de outubro de 2020, por meio do aplicativo *Whatsapp*. Elas foram identificadas com nomes fictícios, sendo Marina, conselheira do Conselho de Educação do Estado de Goiás e Clarice, professora efetiva do Ensino Fundamental II da Escola Municipal José Fernandes Silva Neto da rede pública municipal da Cidade Ocidental. Os atores foram escolhidos por se adequarem ao objetivo do estudo. Como esta pesquisa teve direcionamento para contextos da vida real e de cenários atuais, recorreu-se também ao relato de caso como forma de apresentação.

O primeiro momento do estudo foi realizado na segunda quinzena de agosto de 2020, a partir de um levantamento bibliográfico a respeito da pandemia do Covid-19 e seu impacto para a educação brasileira, bem como os conceitos que definem o ensino remoto contingencial e a sua regulamentação. Desta forma, caracterizando a pesquisa como exploratória, que segundo Gil (2008, p.50), deve ser “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Por ser uma pesquisa de cunho exploratório foi utilizado para coleta dos dados o relato de caso de duas agentes vinculadas ao setor educacional do Estado de Goiás, objetivando apresentar maior evidência da realidade a partir das vivências das participantes, oferecendo qualidade tanto na sua preparação quanto na exposição dos conteúdos, respeitando a sequência adequada.

De forma geral, os relatos de casos têm um valor central nas pesquisas clínicas, mas são também fundamentais para o ensino, pois estes podem representar a evidência científica decisiva quando se trata da realidade

emergencial, constituindo assim, uma forma de apresentação para figurar ações e soluções dos agentes implicados no processo. (KIENLE, 2011).

Desse modo, o relato de caso é uma importante fonte de informação que, em geral, permanece esquecida ou excluída dos grandes estudos, mas que pode fornecer subsídios para se atingir os objetivos deste trabalho, considerando a vivências das participantes escolhidas para esta pesquisa.

Ainda foi realizada a pesquisa documental com a análise de fontes documentais, no caso normas e resoluções. Entende-se por pesquisa documental aquela que explora fontes documentais podendo ser classificadas, como sendo de primeira mão, que não receberam tratamento analítico, tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc, ou as chamadas de segunda mão, que já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p.51).

Para a técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista, instrumento que facilitou as participantes em seus respectivos relatos de caso, realizada por meio de perguntas abertas. A escolha da entrevista se deu por suas características se adequarem aos objetivos deste estudo, que de acordo com Ribeiro esta deve ser:

[...] a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (RIBEIRO, 2008, p. 141).

Assim, observa-se neste ponto, que a análise acima define a entrevista como instrumento adequado à pesquisa de abordagem qualitativa e neste contexto tal instrumento coaduna com o relato de caso.

Resultados e Discussões

Marina, membro do Conselho de Educação do estado de Goiás, respondeu à cinco perguntas abertas realizadas pela pesquisadora.

A pesquisadora perguntou: Na sua percepção, como os pareceres do Conselho de Educação do Estado de Goiás, em tempos de pandemia,

contribuíram com os conselhos municipais na regulação do ensino remoto contingencial?

A entrevistada respondeu: - *Creio que o Conselho Estadual de Goiás teve uma influência ímpar em todos os Sistemas de Ensino quando instituiu o Regime de Aulas Não Presenciais, denominado REANP, o que se deu no início do mês de março de 2020, quando a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás determinou a suspensão das aulas presenciais. Foi uma atitude corajosa e garantidora dos direitos à Educação. A partir da Resolução CEE-CP 02/2020 vários outros Conselhos estaduais e municipais aderiram à solução encontrada e fizeram suas normas, devidamente adequadas a suas realidades. O mesmo se deu com o Conselho Nacional, que veio a enfrentar a matéria quase dois meses depois. A partir da Resolução que instituiu o REANP, outros temas importantíssimos foram surgindo a partir de dúvidas concretas que chegavam tanto da rede pública como das escolas particulares para o CEE de Goiás, dentre as quais destaco: como computar as horas aula; como adequar os Projetos Político Pedagógicos; como capacitar professores para trabalhar com novas ferramentas; como transformar as metodologias e adequar os materiais didáticos à nova realidade que se impunha; como orientar os pais para que conduzissem os processos de aprendizagem dos filhos em casa, em ambientes adequados, respeitando espaços e tempos; como fazer o conteúdo chegar aos alunos de maneira a minimizar as condições desiguais de acesso; como avaliar os alunos de EJA. Todos esses temas foram normatizados e abordados pelo CEE-GO em pareceres, resoluções e notas técnicas, que de maneira gradativa deram um norte e conferiram segurança aos gestores, às escolas, aos pais e professores. É importante ressaltar que tais normas geraram certa estabilidade nas decisões dos Conselhos Municipais e foram orientativas para os municípios que não dispõem de sistema educativo constituído, portanto jurisdicionados ao órgão de Estado. Alguns sistemas municipais ainda padeceram de grandes dificuldades, pois houve um atropelamento por parte de alguns gestores do executivo que decretaram a antecipação de férias, penalizando alunos e professores e gerando sérios problemas em alguns municípios. Neste tocante o CEE-GO foi firme e se manifestou em duas de suas normas sobre a manutenção dos calendários escolares e sobre a nulidade de atos pedagógicos praticados no mês de julho. Os conselhos municipais de educação de Goiás encontraram nas normas do CEE-*

GO uma fundamentação legal sólida, pois todas as decisões foram tomadas à luz da Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, e foram tomadas em tempo hábil o suficiente para evitar prejuízos para os alunos. Na prática houve uma materialização do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, prevista nos Arts. 211 e 214 da nossa Constituição Federal, a partir de uma situação inesperada que demandava ações urgentes.

Desse modo, foi possível perceber que concerne às normas e diretrizes orientadoras do ensino remoto contingencial, infere-se que o estímulo de ações frente à pandemia auxilia as redes de ensino estaduais e municipais no acolhimento ao direito de aprendizado no país. Os pareceres não somente normatizam, mas tiram dúvidas e contribuem para que as instituições tomem medidas mais eficientes e ativas para garantir ensino e aprendizagem neste tempo de pandemia.

A pesquisadora perguntou: quais são os maiores desafios que o ensino remoto apresenta e quais foram os avanços que ele trouxe para a educação de Goiás?

A entrevistada respondeu: - *São muitos os desafios e entre eles eu não acredito que seja possível fazer uma valoração. Considero que a manutenção do padrão de ensino, a qualidade do que é ofertado ao aluno, é um dos maiores. As escolas atuavam de uma maneira linear e se valiam dos seus espaços físicos para o desenvolvimento das atividades de ensino aprendizagem. Subitamente tiveram que se reestruturar para atuar para além de seus muros. A estruturação do material de ensino (aulas online, conteúdo para plataformas digitais, treinamentos para uso por parte de professores e alunos, apostilas, grupos no Whatsapp, etc) foi e é um desafio constante. Outro desafio que ainda se interpõe é como manter o aluno motivado a partir das novas metodologias, usando novas ferramentas, em um ambiente que na maioria das vezes não é propício ao estudo. A interatividade com o outro é fundamental para que a motivação pessoal se mantenha em alta. Com o distanciamento social, como manter os alunos envolvidos com se fossem um grande grupo, um todo? Um outro desafio é a minimização do nível de estresse de professores e alunos, a partir de suas realidades pessoais. Muitos não se adaptaram, muitos não dispunham dos equipamentos necessários, muitos passaram por privação e instabilidades, muitos perderam entes queridos. Outras dificuldades incluem desde impactos na rede de*

proteção social com prejuízos aos mais vulneráveis, muitos deles por necessitarem do suporte alimentar da merenda escolar, até o estresse decorrente da sobrecarga dos responsáveis pelos cuidados com crianças e jovens, sobretudo para as mulheres que também acumulam atividades em homeoffice. Houve um expressivo aumento dos conflitos familiares e da violência doméstica, bem como a exploração do trabalho dos educadores. Outra reflexão importante é sobre a reação dos pais e responsáveis, nem sempre positivas às mudanças que se fizeram necessárias. A presença dos filhos passou a ser constante e novas rotinas tiveram que ser estabelecidas. Qualquer saída da zona de conforto gera alguns problemas. Prevalecem, na minha leitura pessoal, vários pontos positivos. O primeiro deles é a ressurgimento de laços e vínculos entre a escola e a família, o que é necessário e profundamente desejável. Em que pese a condição em que tal reaproximação se deu, esta retomada é extremamente relevante. Uma mudança positiva e de grande vulto foi a nova escola que surgiu a partir das novas práticas. Uma escola renovada em termos de possibilidades e a partir de práticas inovadoras que se mostraram eficientes e dinâmicas. O modo de fazer educação foi reconfigurado, os professores descobriram novas formas de comunicação com o aluno e este foi instado a participar de atividades, com protagonismo e com maior liberdade. As aulas, em todas as suas formas passaram a ser mais objetivas, pois o tempo de aprendizagem é limitado, e abriram-se janelas para uma interatividade diferente, aquela que permite um diálogo mais verticalizado. Houve uma otimização do tempo. Não é possível pensar na escola como ela era no tempo da pós-pandemia.

As observações feitas por Marina trazem à luz o destaque à necessidade de apoio aos professores na facilitação e apoio do ensino à distância de forma a elaborar cursos rápidos de uso de ferramentas de ensino a fim de capacitá-los para novos ambientes de aprendizagem (UNESCO, 2020, p. 6). Faz-se necessário o apoio e capacitação desses profissionais para o uso de instrumentos digitais bem como para a transposição de conteúdos presenciais para a modalidade remota, de modo que se:

[...] organize cursos rápidos de formação para professores sobre o uso de ferramentas de ensino a distância, assim como sobre a elaboração e a facilitação de atividades de ensino a distância, a fim de ajudá-los na adaptação aos novos ambientes de aprendizagem. Ajude os professores a preparar as instalações básicas necessárias para o ensino a partir de

suas próprias casas, e para facilitar e monitorar a aprendizagem a distância (UNESCO, 2020, p. 6).

No que se refere às orientações para a elaboração de intervenções políticas na mudança da oferta de educação presencial para programas de ensino remoto, torna-se relevante o empenho na minimização do impacto da distância na interação humana, pois os reforços relacionados aos vínculos precisam estar assegurados para a manutenção da boa prática educativa, haja vista que as:

[...] pandemias causam traumas, estresse psicológico e reações emocionais negativas. Antes de oferecer estudos acadêmicos, mobilize as ferramentas disponíveis para assegurar a interação humana regular e reforçar as relações humanas para enfrentar o sentimento de solidão, e ofereça assistência social para enfrentar possíveis desafios psicossociais que os estudantes possam vir a enfrentar quando estão isolados ou enlutados (UNESCO, 2020, p. 4).

Em relação aos impactos aos mais vulneráveis observado pela entrevistada, a UNESCO salienta sobre a necessidade da garantia de equidade de condições e inclusão nas intervenções políticas para que seja assegurado o “acesso inclusivo às oportunidades de ensino a distância para todos os estudantes sem causar impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis” (UNESCO, 2020, p. 5).

Concernente ao envolvimento dos pais e/ou responsáveis ressalta-se o reforço do vínculo familiar para que os estudantes não tenham retrocessos em sua aprendizagem. Para tanto, é relevante o apoio aos:

[...] supervisores educacionais locais, aos coordenadores pedagógicos e as escolas quanto ao envolvimento de pais ou responsáveis para administrar a aprendizagem em casa. Forneça-lhes materiais de orientação ou desenvolva regras, em conjunto com pais e estudantes, sobre a administração das práticas diárias de aprendizagem em casa. Crie comunidades de professores, pais e gestores escolares para manter uma troca periódica de informações e discutir estratégias para enfrentar os principais desafios (por exemplo, na Estônia, foi criado um grupo de Facebook para apoiar o *e-learning* remoto). Para famílias que não têm pais ou responsáveis disponíveis para cuidar dos estudantes, ofereça espaços seguros de acolhimento ou apoio financeiro às famílias para que tenham acesso a serviços particulares de cuidado infantil. (UNESCO, 2020. p.6)

O olhar sobre as questões levantadas permite perceber a necessidade de construção de uma rede de apoio aos envolvidos no processo de ensino remoto,

no caso, família, estudantes, professores e equipe pedagógica para o sucesso na ressignificação do processo educativo. É preciso repensar as práticas educativas referentes à manutenção de esforços para o planejamento de estratégias na capacitação dos docentes, suporte de equipamentos e tecnologia, diálogo com a família e amparo para garantia de equidade de condições para os estudantes.

A pesquisadora perguntou: qual o impacto do ensino remoto contingencial para a aprendizagem dos estudantes das escolas públicas de Goiás?

A entrevistada respondeu: *Acredito que não é possível precisar o impacto na aprendizagem dos estudantes das escolas públicas neste momento. Esse impacto só poderá ser avaliado ao longo do tempo. O desejo de todos é que os alunos tenham acesso à melhor qualidade de ensino, que aprendam muito, que dominem conteúdos que os permita passar em exames seletivos, que sejam bem formados para o mundo do trabalho. Neste contexto, é prioritário pensar que não há tempo perdido em Educação. Tudo o que se aprende têm relevância para o processo formativo. O aluno que permaneceu em casa se envolveu em uma série de atividades também formativas para a vida e para o exercício da cidadania. Neste tocante podemos citar que em vários países da Europa e da Ásia há componentes curriculares que contemplam economia doméstica, conservação de alimentos, atividades domésticas como lavar e passar roupa, organização de espaços e culinária. Todas essas atividades compõem um currículo rico e instrumentalizam o aluno para a vida real. O Conselho orientou as unidades escolares para que façam avaliações diagnósticas após o retorno às aulas presenciais. Deverão ser feitos planos de aprendizagem individualizados, para que cada aluno tenha a oportunidade de aprender o que não foi possível da matriz curricular que estava em vigor. Cada aluno deverá recuperar conteúdos perdidos, atingir o padrão de aprendizagem desejado, para que tenha segurança para continuar seus estudos. Destaco que a escola deve se dedicar, de maneira intensa, àqueles que enfrentaram maiores dificuldades, quer pessoais, quer instrumentais, para que não se perpetue o abismo dos que aprenderam e dos que não conseguiram aprender. É tempo de perseverança e de humanização, de tolerância e de fraternidade.*

Em análise à resposta da entrevistada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabelece o desenvolvimento integral do estudante em

todas as suas dimensões como competência necessária a ser desenvolvida na Educação Básica, como:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL/BNCC, 2017, p. 9)

É necessário ressaltar que a valorização do desenvolvimento de habilidades e do conjunto de aprendizagens se mostram essenciais para o mundo do trabalho e para projetos de vida. Tais conhecimentos, entendidos por Saviani significa “tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1991, p.41).

Neste tocante, pode-se dizer que o ensino remoto contingencial poderá desenvolver nos estudantes competências e habilidades não só necessárias para a vida, mas também para o século XXI. É de se considerar que por vezes os pais se mostram presos a uma educação tradicional onde o aluno está passivamente dentro de uma sala de aula assistindo a fala de um professor. Faz-se necessário, no entanto, o entendimento por parte das famílias sobre o potencial que esta nova prática pode provocar no desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, como autonomia, autodidatismo, liderança, pensamento crítico entre outras.

Empreende-se que nunca o estudante teve a oportunidade em tal dimensão de buscar seu próprio conhecimento, articular seus mecanismos para aprendizagem, diante da condição atual em que se perdeu a mediação em tempo integral do papel do professor que atuava em sala de aula.

A pesquisadora perguntou: como a entrevistada percebe o papel do professor na aprendizagem remota.

A entrevistada respondeu: *Os professores foram muito sacrificados e demandados neste período de ensino remoto. Tiveram que desenvolver habilidades e competências para além do esperado e em tempo recorde. Alguns viveram uma verdadeira revolução pessoal para dominar as tecnologias e para se familiarizar com as ferramentas necessárias ao desenvolvimento de atividades; fizeram tudo para que aos alunos fosse garantido o estudo e as condições de*

aprendizagem. Este esforço tem alto custo, pois as mudanças abruptas têm reflexo direto no equilíbrio pessoal. Vejo o professor como grande maestro do processo de ensino aprendizagem, mas as aulas remotas demonstraram (àqueles professores que ainda não sabiam), que o aluno também domina a arte de ensinar, contanto que lhe seja dada a oportunidade de fazê-lo. A troca entre alunos e professores solidificou a práxis de que o aprendizado é um ato de mão dupla, e que não há dificuldades que não possam ser superadas.

À luz das considerações da entrevistada, Paulo Freire entende o aprendizado mútuo, desenvolvido por docente e discente no processo de aprendizagem, como um processo que traria autonomia ao educando no exercício do saber pensar, com isso:

Ensinar, aprender e pesquisar lidam com dois momentos: o em que se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A codiscência - docência-discência - e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico (FREIRE, 2003, p.28).

Considerando tais mudanças e transformações ocorridas em nossa sociedade, Paulo Freire norteia as práticas pedagógicas no sentido de que tal “transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (1991, p. 84). Desta maneira, é possível perceber como a educação deve estar a serviço das demandas da sociedade, onde aquela atua não somente no nível de escola, mas, inserida na sociedade e nas experiências cotidianas de forma a permitir que esse sujeito responda e corresponda às demandas da sociedade.

Neste sentido, é necessário pontuarmos o que o ensino contingencial oferece de ensinamento e prospecção para o futuro. De acordo com Cláudia Costin professora da Fundação Getúlio Vargas:

O tempo que vai se seguir ao coronavírus é um tempo da chamada quarta revolução industrial, em que há uma automação acelerada, substituição de trabalho humano por inteligência artificial. E nesse contexto, vai ser muito importante formar crianças e jovens para resolução colaborativa de problemas com criatividade. Isso funciona melhor no processo de ensino de criança e adolescentes usando sala de aula com apoio de tecnologia ou não, mas eles interagindo, aprendendo a trabalhar em grupos, os próprios professores aprendendo a trabalhar em grupo e resolver colaborativamente problemas. (UNIFOR, 2020)

Nesta perspectiva, vislumbra-se a permanência de elementos e práticas do ensino a distância para o ensino presencial com a volta as aulas. Acredita-se que “considerando o futuro, ações que agora estão sendo tomadas para garantir a eficácia do ensino a distância lançarão uma base sólida para inovações pedagógicas tecnologicamente mais avançadas, ambientes de aprendizagem mais abertos e flexíveis, e um sistema educacional mais dinâmico.” (UNESCO, 2020, p.6)

Diante disso, é possível reconhecer os impactos positivos que a pandemia trouxe para o campo da educação, verifica-se a reestruturação de práticas pedagógicas para o ensino remoto como oportunidade ímpar para reforçar a integração educação e tecnologia, além do fortalecimento de aspectos cognitivos necessários ao estudante do século XXI. Importante ressaltar o cuidado em minimizar as desigualdades que este processo pode causar as classes menos favorecidas economicamente em detrimento dos poucos recursos tecnológicos que os mesmos podem possuir.

A pesquisadora por fim perguntou: como a senhora avalia o desempenho docente neste período de aprendizagem remota?

A entrevistada respondeu: *Minha avaliação pessoal é de que os professores, mais uma vez, se superaram no período de aulas remotas para que seus alunos tivessem condições de aprender. Houve um esforço dos professores para a reestruturação de conteúdos, para o aprendizado de novas metodologias, para o uso de novas ferramentas. Não raro as Secretarias de Educação não disponibilizaram os instrumentos de trabalho para que o corpo docente pudesse trabalhar e, apesar de tudo, os professores acharam formas de driblar as adversidades e as limitações financeiras, usando seus equipamentos de casa, seus celulares pessoais, abrindo mão de alguns de seus direitos, ampliando suas jornadas de trabalho, sacrificando tempo de lazer.*

Neste tocante, pode-se refletir sobre a capacidade do ser humano de reorganização de sua realidade para superação de desafios. A experiência como docente permite perceber o quão uma situação inusitada e nova que em primeiro momento trouxe dúvidas e inseguranças, pode se reverter em resiliência, integração e ajustamento em busca por melhores soluções, onde tais instrumentos proporcionaram aquisição de novas competências e habilidades chaves para a reinvenção deste processo. Por outro lado, a formação docente

continuada é fundamental para o estabelecimento de aproximações às novas tendências de aprendizagem (MOREIRA; RIBEIRO, 2016).

Como representante do corpo docente do município de Cidade Ocidental, foi entrevistada Clarice, professora do ensino fundamental II da Escola Municipal José Fernandes Silva Neto da Cidade Ocidental no estado de Goiás.

A entrevistadora perguntou: quais foram as diretrizes implantadas pelo poder público municipal que estão sendo seguidas para o ensino contingencial?

A entrevistada respondeu: - *as diretrizes estão baseadas nas orientações obtidas através de documentos oficiais, dos órgãos federais, estaduais e municipais. Fato que comunga com as normas legais aqui apresentadas.*

A pesquisadora perguntou: quais metodologias e didáticas de ensino que ela enquanto professora está utilizando para o ensino contingencial?

Clarice diz que: - *os professores têm utilizados as ferramentas de mensagens instantâneas, chamadas de vídeo, vídeos, salas de aula virtuais, atividades impressas entregues na escola para os alunos que não possuem acesso à internet. Alguns professores de maneira independente (pois esta modalidade não é de cunho obrigatório), realizam aulas remotas em horários previamente definidos, mas são a minoria.. As atividades são postadas no dia da aula de cada matéria respeitando a carga horária semanal de cada disciplina. Junto às atividades são enviados textos de apoio, vídeos do Youtube. Dúvidas são sanadas nos aplicativos de mensagens instantâneas ou através do Google Classroom.*

Neste ponto, foi constatado que o ensino ofertado na rede municipal da Cidade Ocidental foi o ensino à distância assíncrono², uma vez que não estão sendo ofertadas aulas em tempo real. No que concerne às metodologias e didáticas usadas pelo ensino na cidade, ressalta-se as recomendações do Conselho Nacional de Educação para os anos finais do Ensino Fundamental:

A supervisão de um adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de

² Por atividades assíncronas compreendem-se aquelas que não dispõem de um tempo comum para serem realizadas pelos estudantes. Nesse sentido, o estudante pode realizar sua intervenção de resposta participando a qualquer momento (em um período estipulado previamente ou não), sem, necessariamente, estar de forma simultânea presente com outros colegas ou com o professor no ambiente escolhido para interação. São exemplos dessas atividades: os fóruns, e-mail, blog, diário, wiki, glossário de terminologias da área (todas estas estão no Moodle), mas podemos citar, também, os e-mails, grupos do Google Drive, entre outros (PRATA, 2020)

planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou on-line, já que nesta etapa há mais autonomia por parte dos estudantes. Neste caso, a orientação é que as atividades pedagógicas não presenciais tenham mais espaço. Entre as sugestões de atividades, está a distribuição de vídeos educativos (BRASIL/CNE, 2020; ESTELLA, LIMA, 2020)

Neste contexto, a orientação enfatiza a autonomia como habilidade mais consolidada nos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, e o que se percebe é que esta capacidade tem sido amplamente trabalhada com os estudantes, pois as metodologias de ensino utilizadas exigem do estudante iniciativa e independência nos estudos, tornando-os atores de suas aprendizagens.

Ainda foi perguntado: existe algum desafio sendo enfrentado pelo professor na realização do ensino contingencial. Se sim, quais?

A entrevistada responde: - *muitos, dentre os quais, a dificuldade das famílias em manter contato e constância na realização das atividades com os alunos.*

Esta observação da professora confirma as questões levantadas ao longo da pesquisa, no que diz respeito à importância da presença dos pais e/ou responsáveis no processo de ensino, sendo a aproximação com a família um desafio a ser superado.

A entrevistadora perguntou - qual o impacto do ensino remoto contingencial para a aprendizagem dos estudantes das escolas públicas.

A entrevistada respondeu: - *é difícil avaliar qual é o real nível de aprendizagem dos alunos nessa modalidade de ensino, e acredita que apenas no retorno presencial terão real dimensão da situação.*

Esta questão pode ser esclarecida com o parecer do Conselho Estadual de Goiás que orienta a avaliação diagnóstica pós-retorno das aulas presenciais. As recomendações do CNE também estabelecem que as avaliações nacionais e estaduais levem em conta o momento excepcional de pandemia e considerem para tal, os conteúdos efetivamente oferecidos de modo a garantir uma avaliação equilibrada dos estudantes em função das diferentes condições que enfrentaram em cada sistema de ensino (BRASIL/CNE, 2020; ESTELLA, LIMA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da hipótese de que a situação emergencial do isolamento provocado pela pandemia do Covid-19 provocou a necessidade dos profissionais da educação buscarem medidas para que os alunos pudessem manter uma rotina de aprendizagem. A partir deste cenário, se supôs que o maior desafio para os docentes seria o de transpor didaticamente os conteúdos levando toda a ação docente a reestruturar práticas e atividades do presencial para o ambiente virtual. Pode-se concluir que a rede municipal da Cidade Ocidental vem realizando o ensino remoto assíncrono. O estudo revelou um universo de questões não esperadas pela pesquisadora, como desafios comentados ao longo deste artigo que vão além da hipótese sugerida e que poderão ser aprofundadas, futuramente em outra pesquisa.

A pesquisa bibliográfica e documental revelou questões muito mais humanitárias necessárias ao olhar, tanto do poder público quanto dos educadores. A preocupação voltada à garantia de um ensino equitativo mostrou-se nas políticas públicas adotadas neste período. A pesquisa ainda revelou que os maiores desafios enfrentados pelo professor dizem respeito à superação de ampliação de sua jornada e uma busca maior em manter o interesse dos pais na participação da jornada educacional dos alunos.

Em relação à transposição didática dos conteúdos percebeu-se uma superação por parte dos professores, que rapidamente buscaram se atualizar com os instrumentos tecnológicos da educação, tornando sua eficiência didática cada vez mais aprimorada. E ainda, a observância da reestruturação de práticas pedagógicas para um ensino mais flexível e inclusivo com o reforço da integração educação e tecnologia como perspectiva para o futuro.

Uma questão bastante relevante, diz respeito à certa resistência dos pais ao ensino ofertado concernente ao questionamento em relação à eficiência desse ensino. Neste âmbito, é possível perceber que o ensino contingencial promoveu o desenvolvimento de competências e habilidades que vão além do conteúdo curricular. Competências estas necessárias para o ensino formativo de uma

educação para a vida, sendo esta reflexão um ponto relevante na contribuição para o papel do pedagogo.

A contribuição deste estudo para a conclusão do curso de segunda licenciatura em Pedagogia reflete no aprofundamento de questões relativas à prática pedagógica em uma pauta contemporânea como o ensino contingencial em tempos de pandemia. Estudar o desenvolvimento de novas habilidades em um momento fortuito como a pandemia se mostrou um ponto importante na capacidade do ser humano em se reorganizar e buscar soluções rápidas para a solução de problemas.

Esta pesquisa pode ser ampliada na volta às aulas com a identificação do legado deixado pelo ensino contingencial para o ensino presencial, possíveis rupturas e permanências apresentadas no “novo normal”.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. 2020. *In: Em Rede*. Belo Horizonte: 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/%20article/view/621>. Acesso em 27 ago. 2020.

BARRETO. Osvaldo; (et al). Reflexões sobre os efeitos da pandemia na educação brasileira. *In: Rede CoVida, ciência, informação e solidariedade*. 2020. Disponível em: <http://tecnologiasocial.sites.uff.br/2020/06/16/reflexoes-sobre-o-sistema-de-educacao-brasileiro-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. CNE. **Diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia?Itemid=164>. Acesso em: 01 nov 2020.

CIDADE OCIDENTAL (PREFEITURA). **Escolas Municipais de Cidade Ocidental aderem ao ensino à distância.** 2020. Disponível em: <https://cidadeocidental.go.gov.br/noticia/697-escolas-municipais-de-cidade-ocidental-aderem-ao-ensino-a-distancia#:~:text=ESCOLAS%20MUNICIPAIS%20DE%20CIDADE%20OCIDENTAL,Prefeitura%20Municipal%20de%20Cidade%20Ocidental&text=Com%20a%20crise%20gerada%20pela,para%20deter%20a%20prolifera%C3%A7%C3%A3o%20viral>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Município). **Resolução nº 009, de 19 de março de 2020.** Dispõe sobre o regime de aulas não presenciais-REANP no Sistema Municipal de Ensino de Cidade Ocidental-GO, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). Cidade ocidental, GO, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.cidadeocidental.go.gov.br/noticia/742-rede-municipal-volta-as-aulas-em-regime-virtual>. Acesso em: 18 mar. 2020.

COSTIN, Cláudia. **Os desafios da educação pós pandemia segundo Cláudia Costin.** Disponível em: <https://www.unifor.br/-/os-desafios-da-educacao-pos-pandemia-segundo-claudia-costin#:~:text=Para%20Costin%2C%20a%20aprendizagem%20remota,educacional%20entre%20ricos%20e%20pobres>. Acesso em 01/11/2020.

ESTADO DE GOIÁS (Estado). **Resolução nº 02/2020, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. Goiânia, GO. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/resolucao-022020-sobre-o-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ESTRELLA, Bianca; LIMA, Larissa. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia.** 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia?Itemid=164>. Acesso em: 01 nov 2020.

FOLHA INFORMATIVA COVID-19. **Escritório da OPAS e da OMS no Brasil.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DE CIDADE OCIDENTAL (Município). **Decreto nº 128, de 18 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do poder

executivo do município de cidade ocidental. Cidade Ocidental, GO. Disponível em: <http://www.cidadeocidental.go.gov.br/res/midias/outros/32b20a288fd5844ba4249ab04ecce805.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

HODGES, Charles (et al). The difference between emergency remote teaching and online learning. 27 mar. 2020. *In: Educause Review*. Disponível em: <https://medicine.hofstra.edu/pdf/faculty/facdev/facdev-article.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

INEP. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica em 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/RESUMO+T%C3%89CNICO+-+CENSO+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+B%C3%81SICA+2019/586c8b06-7d83-4d69-9e1c-9487c9f29052?version=1.0>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAIS, Márcio Gilberto de Souza. **Educação à Distância: fundamentos, tecnologia, estruturas e processo de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015.

MOREIRA, Jonathan Rosa; RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira. Prática pedagógica baseada em metodologia ativa: aprendizagem sob a perspectiva do letramento informacional para o ensino na educação profissional. **Outras palavras**, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao5/article/view/722>> Acesso em: 21 dez 20

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369022789/A-Perspectiva-Da-Entrevista-Na-Investigacao-Qualitativa>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Município). **Portaria nº 141, de 06 de maio de 2020**. Dispõe sobre a suspensão das atividades de ensino presenciais e dá outras providências. Cidade ocidental, GO, 06 maio 2020. Disponível em: <https://www.cidadeocidental.go.gov.br/noticia/711-prefeitura-acata-recomendacao-do-tcm-e-suspende-contratos-temporarios>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PRATA, Danilo Nogueira. **Assíncrono vs. Síncrono no Contexto da Educação Superior Pós-Pandemia**. Disponível em <https://riu.cead.unb.br/orientacoes/2-publicacoes/76-sincrono-assincrono>. Acesso em 02 nov. 2020

UNESCO (org.). **Nota Informativa nº 2.1: estratégias de ensino a distância em resposta ao fechamento das escolas devido à covid-19**. 2.1 Paris, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-e-covid-19-notas-informativas-educacao>. Acesso em: 27 ago. 2020.